

PLANO DE CURSO

TÉCNICO EM COOPERATIVISMO

Palmas - Tocantins

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CERTIFICADORA.....	4
1.1 Missão	5
1.2 Visão de Futuro	5
1.3 Valores	5
1.4 Indicadores de Desempenho da Unidade Certificadora	5
Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins (Siapto).....	5
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
Estrutura Física da Unidade Certificadora.....	8
2.2 Organização dos Registros Escolares	12
3. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E- TEC BRASIL/MEDIOTEC	13
3.1 Justificativa	14
Fundamentação Legal	14
Objetivos	16
3.4 Metas.....	17
3.5 Ações.....	18
4. REQUISITOS DE ACESSO	18
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
5.1 Módulo I: Básico Integrador.....	19
5.2 Módulo II: Fundamentação Profissional.....	20
5.3 Módulo III: Fundamentos Teóricos e Práticos da Habilitação.....	20
6. APRESENTAÇÃO DOS CURSO TÉCNICO	20
6.1 APRESENTAÇÃO DO CURSO NO CONTEXTO DO BRASIL E NO ESTADO DO TOCANTINS (Importância e perspectivas).	20
6.1.1 Cooperativismo no Tocantins.....	23
6.2 Objetivo Geral	25
6.3 Objetivos Específicos.....	25
6.4 Perfil do Profissional	26
6.5 Mercado de Trabalho para o técnico em Cooperativismo	28
6.6 Estrutura Curricular	30
6.7 Ementário	30
6.8 Componentes Curriculares	42
7. METODOLOGIA/OPERACIONALIZAÇÃO	46
8. MATERIAL DIDÁTICO DISPONIBILIZADO AO CURSISTA.....	47
8.1 Tutoriais de orientação.....	47
8.2 Apostilas de Estudos e Atividades	47

8.3 A operacionalização do curso será:	48
8.4 Auto estudo.....	48
8.5 Grupos de Trabalho	49
8.6 Encontros Presenciais	50
9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	51
9.1 CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	52
9.2 RECUPERAÇÃO DA DISCIPLINA (Por disciplina)	54
9.3 EXAME FINAL DE RECUPERAÇÃO	54
9.4 APROVAÇÃO FINAL	54
9.5 CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO	54
9.6 CONDIÇÃO DE REPROVAÇÃO.....	54
9.7 REOFERTA	55
10. EMISSÃO DE DIPLOMAS	55
11 BIBLIOGRAFIA BÁSICA PARA O CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO.....	55

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CERTIFICADORA

Nome da Instituição: Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia

SIGLA: Cem Santa Rita

Endereço: Rua Minas Gerais, APE-SE, 01 **Bairro:** Jardim Aurenny I

Zona: Urbana **Cidade:** Palmas **Estado:** Tocantins

Fone: (63) 3218-6226 e 3218-6227 **Email:** santarita@ue.seduc.to.gov.br

Identidade Jurídica: Associação de Apoio do Colégio Estadual Santa Rita de Cássia

8.3 Endereço eletrônico: santarita@ue.seduc.to.gov.br

Função de governo predominante: Educação

A unidade escolar foi criada sob a lei nº 328 de 10/12/1991. Sua portaria de reconhecimento é de nº 6850 de 02/07/2001, SEDUC – TO, com a regularização dos cursos do Ensino Médio. O Curso de Ensino Médio Básico é oferecido nos turnos matutino, vespertino e noturno, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecido no turno noturno. O horário de funcionamento dos turnos são respectivamente, 7h30 às 11h45; 13h30 às 17h45; 19h às 22h.

O Centro de Ensino Médio (CEM) Santa Rita de Cássia em parceria com Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins é responsável pela assinatura dos diplomas dos concluintes do Programa Profucionário, que é um curso profissionalizante à distância, oferecido pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC) aos servidores administrativos lotados nas unidades escolares da rede estadual e municipal.

Em 2017, o CEM Santa Rita de Cássia conta com 57 turmas de Ensino Médio, 10 turmas da EJA 3º Segmento, sendo 23 turmas no período matutino, 16 turmas no vespertino e 07 turmas no noturno.

A Unidade Escolar (UE) atende 1.776 alunos em 2017, sendo: **1396** no Ensino Médio Básico e **380** na Educação de Jovens e Adultos. Estão matriculados no turno matutino **778** alunos, no vespertino **408** alunos e no noturno **590** alunos.

1.1 Missão

Promover a constante humanização do educando, preparando-o para ser um cidadão atuante e apto para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

1.2 Visão de Futuro

Alcançar e manter o reconhecimento do nosso trabalho por meio da transparência e da forma como priorizamos o nosso educando.

1.3 Valores

Excelência: trabalhamos com a construção e execução de projetos que visam a qualidade e a construção do saber de forma contextualizada.

Criatividade: valorizamos o espírito inovador por acreditarmos que o conhecimento se constrói por meio da postura criadora do indivíduo.

Transparência: realizamos um trabalho aberto, transparente e participativo, por meio de ações em equipe.

1.4 Indicadores de Desempenho da Unidade Certificadora

A escola nos últimos anos faz análise e socialização dos índices de aprovação, reprovação e abandono com todos os segmentos, para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

ANO	ESTUDANTES CONCLUÍNTES DO EM MATRICULADOS EM 2011	Nº PARTICIPANTES DO ENEM 2011		TAXA DE PARTICIPAÇÕES	LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS DA NATUREZA	REDAÇÃO	MÉDIA
2014	450	261		58%	496,77	472,53	448,09	442,89	491,8	517,10
2015	-	PROVA	REDAÇÃO	-	496,81	473,6	528,89	468,61	585,26	537,68
-	-	203	195							
2016										

Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins (Siapto)

ANO/ SEMESTRE	ANO/SÉRIE	COLOCAÇÃO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	MÉDIA
2014	3ª série do EM	50º	4,92	2,81	-----	3,87
2015	3ª série do EM	13º	3,80	3,99	2,73	3,51
2016						

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro de Ensino Médio Santa Rita Cássia, localizado à Rua Minas Gerais, APE SE 01, Jardim Aurenny I, em Palmas, estado de Tocantins, tem sua idealização datada de 1990, quando ao final deste mesmo ano, o Sr. João do Valle, morador do bairro, teria iniciado juntamente com a comunidade, um movimento com objetivo de criar a primeira associação de moradores do bairro Aurenny I, quando o mesmo foi eleito à presidência. A partir de então, a comunidade começou a reivindicar escola para os filhos, pois a única existente na época era a Escola Municipal Luiz Rodrigues, que era de difícil acesso.

A primeira iniciativa do presidente da associação de moradores do bairro Jardim Aurenny I, foi procurar o então secretário de estado da educação, o Sr. Cicinato Mendes, a fim de levar a necessidade da comunidade ao seu conhecimento. Sugeriu-se, portanto que fosse utilizado um barracão abandonado pela antiga SEVOP (Secretaria de obras do município), uma vez que o espaço físico disponível era considerado suficiente para aquele propósito.

Como era crescente a procura por vagas, o local escolhido já não comportaria o total de alunos que vinham sendo matriculados. Portanto, foi necessária uma ampliação imediata, mesmo de forma rústica (madeira e palha), para o acréscimo de mais 04 (quatro) salas de aula, que funcionariam no ano seguinte em quatro turnos, inclusive em um turno intermediário, das 11 às 14 horas.

Após a liberação de funcionamento da Escola, o Senhor João do Valle, juntamente com o então secretário da educação, procuraram escolher um nome apropriado para ser colocado na escola. Então, devido à grande devoção da senhora Aurenny Siqueira Campos por Santa Rita de Cássia e da admiração do senhor Cicinato pela então primeira dama do Estado, a unidade de ensino passou a ser chamada de Colégio Estadual Santa Rita de Cássia.

Em janeiro de 1991, o secretário de educação convidou a senhora Maria da Piedade Tranqueira de Oliveira, na época, residindo em Tocantínia, interior do Estado, para coordenar os trabalhos da escola, que iniciaram primeiramente em um cômodo comercial cedido pelo Senhor João do Valle, onde foram feitas as matrículas e formado o quadro de funcionários, enquanto ocorria a reforma do barracão.

Apesar da falta de estrutura adequada, falta de água e de diretor, a professora Maria de Lourdes assumiria a direção apenas dias depois de iniciarem as aulas; a escola iniciou suas atividades no dia 08 de abril de 1991, sob a lei de criação nº 328 de 10 de dezembro de 1991.

A escola contava com aproximadamente 300 alunos e permaneceu com suas instalações provisórias até 1992, quando foi construído um novo prédio, pois as instalações antigas possuíam apenas 8 turmas, de 1ª à 6ª série do ensino fundamental, e uma biblioteca que funcionava com apenas alguns livros doados pela Secretaria de Educação. A reforma proporcionou o aumento do número de salas para 12 (doze), permitindo assim, que fosse incluído também o Ensino Médio.

Fizeram parte da primeira equipe administrativa da escola na sua fundação, Gislene Ferreira Araújo, secretária; Leonita Pereira dos Reis Ramos, auxiliar de secretaria; Élia Barros de Miranda, coordenadora pedagógica; Maria de Lourdes Pereira Alves, Diretora.

Foram diretores do CEM Santa Rita de Cássia, respectivamente, Maria de Lourdes Pereira Alves (Abr 1991 – Abr 1994), Jackson Fernandes Filgueiras (Abr 1994 – Out 1994), Maria Francisca Rocha dos Santos (Dez 1994 – Jan 1995), Maria José de Souza Lima Pinto (Fev 1995 – Mar 1995), Dinah Maria Oliveira (Abr 1995 – Jul. 1995), Maria de Jesus de Oliveira Ribeiro (Ago. 1995 – Ago. 2001), Joana D'arc Alves dos Santos (Set 2001 – Jul. 2004), Maria Aparecida Leal Pimenta (Ago. 2004 – Jan 2011), Maria de Jesus de Oliveira Ribeiro (Jan 2011 – Jan 2015) e Nilva Leal Gomes Bueno (Jan 2015, atualmente).

Em 1997 foi implantado o sistema de Gestão Compartilhada, cujo funcionamento foi efetivado após a criação de uma associação de apoio à escola para gerir as dimensões financeira, jurídica, administrativa e pedagógica, além de exercer a responsabilidade de elaborar em conjunto com a escola e a comunidade local, o Projeto Político Pedagógico.

Com a democratização da escola implantada com o sistema de Gestão compartilhada, houve muitas mudanças positivas e a escola pode direcionar suas ações e projetos de acordo com sua realidade e necessidade visando sempre o sucesso do aluno. O excelente trabalho desenvolvido pela escola é reconhecido pela comunidade, sendo que, em 2006 a escola foi contemplada com a Premiação de “Escola Referência em Gestão Compartilhada”, sendo classificada em 1º lugar no estado do Tocantins e dentre as 27 melhores do país, através do Prêmio Nacional

de Referência em Gestão Escolar (Prêmio Gestão), que visa contribuir para que as escolas passem a incorporar uma cultura de auto avaliação de seu processo de gestão, e a destacar e disseminar boas experiências.

Estrutura Física da Unidade Certificadora

O CEM Santa Rita de Cássia apresenta uma infraestrutura razoável, pois embora estando às instalações físicas em condições adequadas de uso, em algumas circunstâncias não dispõe de espaços suficientes ou de tamanhos adequados para atender à comunidade, que usufruem as mesmas. Percebe-se ainda a carência de espaços importantes como, sala de leitura, auditório, uma sala maior para a Coordenação Pedagógica (CP) e para o planejamento dos professores, substituição de equipamentos tecnológicos que estão com defeito, além da reforma da Quadra poliesportiva e uma Quadra de areia para a prática de esportes.

Esta UE dispõe de 24 (vinte e quatro) salas de aula que funcionam nos três turnos, possuem capacidade para 45 (quarenta e cinco) alunos, são equipadas com ventiladores de teto e quadro branco. Possui ainda, 01 (uma) biblioteca, seu espaço físico é amplo, comporta em média de 70 (setenta) alunos permanentemente, e tem dois banheiros. O acesso ainda é disponibilizado à comunidade local com controle de identificação por meio de crachás e solicitações de outros estabelecimentos.

O acervo bibliográfico conta com aproximadamente 15.516 títulos, incluindo literatura, pesquisa didático-pedagógica e periódicos, dentre eles: Jornal do Tocantins, Revista Veja, Revista Super Interessante, Isto é, Gestão em Rede e Nova Escola.

Diante deste acervo, percebe-se a carência do quantitativo e diversidade de títulos para subsidiar os projetos e atender à demanda. Para tanto, a UE prevê aquisições gradativas de novos títulos e a informatização do acervo existente.

Nesta unidade escolar são oferecidas ao corpo docente 02 (duas) salas, sendo 01 (uma) para encontros informais dos professores, nos intervalos e alternâncias de turnos. Este ambiente possui armários que são utilizados para guardar materiais dos professores, condicionador de ar, estofados para descanso, mesa ampla com cadeiras para reuniões, bebedouro com água natural e gelada, TV com programação da TV aberta. A outra sala destina-se ao trabalho de hora-

atividade, pesquisas, planejamentos, acompanhamento pedagógico, diário eletrônico e elaboração de avaliações. Possui mesa, cadeiras, 01 computador, 01 impressora matricial e um condicionador de ar. Seu espaço físico é de aproximadamente 7,5m², sendo insuficiente para o quantitativo dos usuários.

O Laboratório de informática conta com uma sala ampla, iluminação adequada ao ambiente e com computadores que precisam de conserto e aquisição de novos para atender toda a comunidade escolar com projetos pedagógicos e pesquisas na internet, assim como os pais dos alunos com os projetos de inclusão digital. Para a segurança do laboratório contamos com uma câmera filmadora e grades nas janelas e na porta; as vidraças são protegidas por persianas de cor amarela, que favorece uma boa iluminação do ambiente.

Esta unidade escolar possui também uma videoteca com um acervo de fitas de 675 volumes e 439 DVDs. Na videoteca há 02 (dois) televisores, 04 (quatro) videocassetes, 06 (seis) aparelhos de som pequenos, 12 caixas de som amplificada, mas apenas algumas funcionam, 01 (uma) mesa de som, 01(um) episcopio, 01 (um) videokê, 02 (dois) microfones com cabo, 01 kit analógico e um kit digital para a gravação e exibição do acervo da videoteca, mesa redonda pequena com cadeiras, mesa pequena com cadeira regulável, 01 (um) armário regulável, 01 (um) armário onde são guardados sons, boletins do Programa Salto para o Futuro, materiais de limpeza, 01(um) arquivo onde são guardados documentos recebidos e emitidos, bem como extensões elétricas, cabos de som e o acervo audiovisual. Nesta sala são feitas as gravações, os planejamentos dos professores para utilização dos equipamentos eletrônicos e também o agendamento.

A escola dispõe de uma sala para a Orientação Educacional, composto por 03 (dois) profissionais, de suporte pedagógico, que desenvolvem um trabalho direcionado para a diminuição da evasão, indisciplina e repetência. Neste espaço temos 02 (duas) mesas de escritório, 06 (seis) cadeiras, 01 (um) armário de aço com 04 gavetas e outro vertical com quatro repartições, (01) um ar-condicionado, 01 (um) ventilador, 01 (um) computador, 01 (uma) impressora, telefone e 01 (um) mini System.

Com relação à área do pátio coberta, a escola possui 09 (nove) espaços, através dos quais todos os pavilhões, inclusive a quadra poliesportiva, são interligados, o que facilita, principalmente no período chuvoso, a circulação do

alunado no interior da escola com mais comodidade. Todas elas possuem cobertura com madeira à vista e pilares de madeira e acessibilidade.

A escola situa-se na APE SE 01, ocupando 90% da quadra citada, com uma área construída de 5.213,82 m², o que representa 50% da área total, revelando assim, um espaço livre destinado à área descoberta, com possibilidade de ampliação de acordo à demanda futura.

O estacionamento de veículos da UE não possui cobertura. No espaço em volta dessa área descoberta encontram-se árvores frutíferas. A cantina da unidade escolar dispõe de um espaço adequado para a quantidade de alimentos preparados diariamente nos três turnos por três servidoras. As merendeiras que fazem este trabalho consideram este espaço suficiente para a circulação das mesmas. Esta cantina dispõe de um depósito de alimentos considerado amplo para o armazenamento dos mesmos, porém necessita de estrutura física para a organização de alguns itens (prateleiras, armários e outros). Os equipamentos são compostos por 02 (dois) fogões, 03 (três) armários, 01 (um) liquidificador industrial, 01 (um) forno industrial, 01 (uma) geladeira, 02 (dois) freezers, 02 (dois) botijões de gás, 01 (uma) batedeira semi-industrial, 01 (um) liquidificador comum e 01 (uma) balança. Há também diversos utensílios que são utilizados para a preparação dos alimentos.

Em 2011, iniciou-se uma reforma na estrutura física da escola que além da ampliação da cantina, construção de três salas de aula, houve a construção dos banheiros para os alunos que atendem à demanda escolar. A área da quadra poliesportiva que foi reformada em 2011 é separada das demais dependências da escola por um muro. Há ainda espaço da quadra de areia e de outra área coberta para pingue-pongue, visto que foram solicitações feitas por alunos e professores.

Hoje contamos com 01 (um) laboratório de Ciências (Biologia, Química e Física) de forma estruturada e que atende 40 alunos. A construção foi realizada de acordo com a previsão de 2006 e com funcionamento a partir de abril de 2007. Contamos também com 01 (um) laboratório didático móvel para realização de aulas práticas em sala de aula. Em 2009 foi montando um laboratório de Matemática com recursos metodológicos exclusivos desta disciplina e também com um projetor de imagem e um notebook, que funciona com agendamento para alunos e professores.

A escola possui também uma sala onde funciona a direção. Nesta sala os equipamentos oferecidos são: 01 (um) kit multimídia completo, com impressora com

scanner, 01 (um) microcomputador, 02 (dois) armários, 01 (uma) mesa 05 (cinco cadeiras), 01 (um) conjunto de cadeiras de espera, 01 (uma) linha telefônica. Na sala da coordenação financeira possui 01 (um) kit de informática destinado ao serviço financeiro e administrativo; 02 (dois) armários são utilizados para armazenar as escriturações financeiras, controle do patrimônio público, fotos dos eventos realizados, filmadora, máquina fotográfica, microfones e uma pequena parte de materiais de expediente. A sala possui ainda, uma linha telefônica com fax, 01 (um) condicionador de ar, cortinas na janela e murais informativos.

No setor administrativo contamos com uma sala da coordenação pedagógica utilizados para atendimento a comunidade escolar. Possuem 02 arquivos onde são guardados documentos específicos da coordenação, 04 armários com materiais didático-pedagógicos, 01 computador com impressora laser e sinal eletrônico para controlar o início e término das aulas.

Quanto às dimensões da secretaria, a mesma ocupa um espaço central da escola, onde internamente é dividida em três departamentos, onde um reservado para o arquivo passivo, no qual foram colocados 03 (três) armários, 01 (uma) máquina de copiadora, 01 (uma) máquina de encadernação, 01 (uma) máquina cortadora de papel. O segundo espaço é dividido por uma porta-balcão, onde fica o livro de ponto do setor administrativo. No seu interior é realizado o trabalho burocrático diário. O último espaço foi separado no ano de 2012 para a secretária geral da escola.

O mobiliário consta de 05 (cinco) armários destinados a documentos diversos e arquivos para processos de alunos. Ainda sobre os equipamentos, podemos citar 05 (cinco) mesas, 08 (oito) cadeiras, 04 (quatro) computadores 02 (duas) impressoras e uma linha telefônica com fax. Há ainda 01 (um) bebedouro, vários troféus, e 02 (dois) condicionadores de ar.

Dependências da unidade certificadora

DEPENDÊNCIAS	QUANT.	UTILIZAÇÃO		Justificar inadequação
		ADEQUADA	INADEQUADA	
SALA DE AULA	24	24		
BIBLIOTECA	01	01		
SALA DE LEITURA	-	-		
SALA DE PROFESSORES	02	01	01	Sala de planejamento com 7,5 m ²
LAB. DE INFORMÁTICA	01	01		
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS (QUÍMICA, FÍSICA, BIOLOGIA)	01	01		
LAB. DE MATEMÁTICA	01	01		
SECRETARIA	01	01		
ÁREA DE LAZER	17	17		
QUADRA DE ESPORTE COBERTA	01	01		
QUADRA DE ESPORTE DESCOBERTA	-	-		
PÁTIO COBERTO	09	09		
PÁTIO DESCOBERTO	08	08		
AUDITÓRIO	-	-		
CANTINA	02	02		
BANHEIRO	07	07		
VIDEOTECA	01	01		
SALA DO OE	01	01		
SALA DE SUPORTE PEDAGÓGICO	01	01		
SALA DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA	01	01		
SALA DE DIREÇÃO ESCOLAR	02	02		

2.2 Organização dos Registros Escolares

O setor da secretaria é uma parte da unidade escolar encarregada de toda a documentação escolar, dos arquivos, da correspondência e de toda a documentação dos servidores. Trata-se de todo o serviço burocrático composto por expedição de documentos e demais áreas de atuação, tais como: histórico escolar, diplomas, certificados e declarações, fichas individuais dos alunos, livros de ponto, frequência, livro de atas de conselhos de classe, resultados finais e reuniões, adaptações, dependências, lançamento de notas no SAEMEC, sistema de matrículas e atendimento ao público.

Este setor administrativo é organizado de forma muito prática, todos os documentos são mantidos em arquivos ativos, passivos e pastas. No arquivo passivo contém toda a documentação escolar dos alunos que não estudam mais na escola, desde a fundação da escola, também são mantidos os dossiês de servidores que já trabalharam aqui, além dos livros de ponto desde a fundação da escola. No arquivo ativo contém as pastas de documentação dos alunos do corrente ano, os

dossiês dos servidores que estão ativos, pastas de ofícios recebidos, expedidos e normativas vigentes, e livros de ponto dos servidores administrativos.

A secretaria funciona diariamente das 7h30 às 11h30, das 13h30 às 17h30, e 19h às 21h30, para atendimento ao público que solicita diversos serviços oferecidos por série, por este setor como: regularização de matrículas e entrega de documentação dos alunos, declaração de escolaridade, de conclusão, declaração para passe estudantil, declaração de transferência que é expedida na hora, histórico escolar que é expedido em até 30 dias, certificados de conclusão do ensino médio, que são expedidos em até 90 dias, e em caso de urgência em até uma semana, pois este depende também da escrituração da Seduc.

Em 2010 foi criado o Sistema de Gerenciamento Escolar, onde as matrículas podem ser feitas a distância, por outra UE e pela Seduc, com confirmação na escola. Os registros dos diários de classe, também são feitos por este sistema.

O preenchimento final e encerramento dos diários são feitos logo após o conselho de classe final, e as atas de resultado final é escriturada nos primeiros três meses do ano seguinte.

Para esta oferta dos cursos técnicos, na modalidade EaD, os cursos serão ofertados dentro das exigências do Programa e-Tec Brasil, que assim se apresenta:

3. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E- TEC BRASIL/MEDIOTEC

O Programa e-Tec Brasil/SEDUC faz parte de um programa nacional do Ministério da Educação que foi concebido com o propósito de expansão da educação profissional por meio da articulação da Secretaria de Educação à Distância, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e as Secretarias Estaduais de Educação e do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e Secretarias Municipais de Educação.

A iniciativa constitui-se em uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação e representa um passo importante para a democratização do acesso ao ensino técnico público, através da modalidade de educação a distância, visando levar cursos técnicos a regiões distantes dos grandes centros para a periferia das grandes cidades brasileiras.

Em 2008, foram implantados no Tocantins, 06 Polos de Educação a Distância nos municípios de: Araguatins, Araguacema, Cristalândia, Guaraí, Palmas e

Tocantinópolis. Estão em fase de implantação mais 06 Polos tendo como mantenedor a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI. Todos os cursos implantados e os que serão implantados estão de acordo com os arranjos produtivos locais e com as demandas levantadas pelos municípios.

O Projeto Político Pedagógico do CEM Santa Rita em Palmas, será aditivado pelo presente documento para que esta unidade escolar seja a Unidade Certificadora dos cursos a distância, implantados, pelo Programa e-Tec Brasil/SEDUC – Tocantins.

3.1 Justificativa

O Projeto Político Pedagógico do e-Tec Brasil - Tocantins tem como escopo demonstrar a importância da implantação dos cursos de educação profissional técnica de nível médio que possam formar profissionais competentes para inserção no mercado de trabalho contribuindo para a diminuição dos problemas sociais e para o desenvolvimento técnico e das potencialidades do Estado.

Neste sentido o programa da Rede e-Tec Brasil - Tocantins alicerça-se num processo de transformação institucional visando harmonizá-lo ao contexto das novas demandas, sinalizadoras de novos tempos que tem como filosofia participar do processo de formação de técnicos, promovendo a auto realização e ampliação do espaço social e de trabalho dos alunos na realização pessoal e integração social. "A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social." (Resolução CNE/CEB Nº 4, de 8 de dezembro de 1999, Art. 1º, parágrafo único).

Fundamentação Legal

Os Programas PRONATEC/Rede e-Tec Brasil estão fundamentados nos princípios legais, a saber:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1995;

Constituição Federal de 1988, Título VII, Capítulo III;

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001;

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004;

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005;

Parecer CEB/CNE nº 16/2005;
Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006;
Portaria nº 1.199, de 25 de setembro de 2008;
Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008;
Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009;
Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010;
Resolução CNE nº 05, de 3 de agosto de 2010;
Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010;
Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011;
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011;
Resolução CD / FNDE nº 08, de 20 de março de 2013;
Portaria/MEC 168 de 13 de março de 2013;
Portaria/MEC 362 de 26 de abril de 2013;
Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013
Resolução FNDE nº 39 de 10 de outubro de 2013;
Portaria/MEC 1.007 de 10 de outubro de 2013;
Portaria/MEC 114 de 07 de fevereiro de 2014;
Portaria/MEC 991 de 25 de novembro de 2014;
Portaria MEC Nº 817 de 13 de agosto de 2015.

A práxis do programa e-Tec Brasil/SEDUC, baseia-se na correlação entre as Bases Tecnológicas desenvolvidas e as experiências vivenciadas pelos educandos no meio no qual estão inseridos. Deste modo, a educação é tida como mola propulsora e transformadora da sociedade, para tanto, investe na habilitação e qualificação profissional de seus educandos, para atuarem nas áreas ou serviços afins com profissionalismo, ética e voltado para questões ambientais.

Sabe-se que para alcançar os objetivos propostos, o e-Tec Brasil/SEDUC pretende realizar estratégias que começam desde a escolha dos professores, que devem ter perfil de educadores e facilitadores do processo de ensino e aprendizagem, até o ambiente onde irá ocorrer a aprendizagem, isto porque os valores de pessoa, os valores de ética, profissionalismo e cidadania devem estar presentes no processo educativo.

O fortalecimento e estímulo constante devem estabelecer uma excelente relação professor-aluno e aluno-professor, como prioridade na prática pedagógica, para promover a satisfação pessoal e profissional.

O educando deve ser construtor da aprendizagem estimulado a engajar-se no processo de formação para a cidadania e para o trabalho, adquirindo competências e habilidades necessárias ao seu desenvolvimento profissional e demonstrar convicção de sua responsabilidade na construção do conhecimento e suas inteligências múltiplas. “Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.” (Resolução CNE/CEB Nº 4, de 8 de dezembro de 1999, Art. 6º).

Objetivos

A política de ensino do e-Tec Brasil - Tocantins será pautada na constante busca da excelência educacional e técnica, oportunizando que o aluno seja capaz de se adaptar às flexibilidades e às novas condições de ocupação e aperfeiçoamento da pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria à prática, no ensino de cada componente curricular. (Art. 35 – LDB).

Isso implicará na melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, através da inserção de métodos modernos advindos das novas tecnologias educacionais, em constante evolução. Será priorizada a atuação pragmática para a assimilação de processos e uma atuação reflexiva para a compreensão das condições subjetivas dessa atuação.

O principal objetivo do e-Tec Brasil - Tocantins é implantar cursos de educação profissional a distância em áreas técnicas nas modalidades concomitante e subsequente que possam gerar profissionais competentes e de fácil inserção no mercado de trabalho contribuindo para a diminuição dos problemas sociais e para o desenvolvimento técnico e das potencialidades do Estado. Propondo-se em desenvolver o que determina a LDB nº 9.394/96, o Decreto Federal 5.154/2004 e demais Resoluções específicas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Mais especificamente, objetiva-se oferecer os cursos Técnicos de: Agronegócio, Biblioteconomia, Cooperativismo, Eventos, Hospedagem, Multimídia e outros conforme demanda local para atender o mercado de trabalho e a economia de nosso país com profissionais qualificados.

Visa também:

- Estimular o estudante na busca de conhecimentos teóricos necessários a sua formação;
- Criar situações que propiciem o desenvolvimento integral do estudante como pessoa humana e como profissional;
- Capacitar e atualizar regularmente o seu corpo docente, em especial no que tange a legislação pertinente a Educação Profissional.

Para atingir esses objetivos deverão ser incrementadas três ações fundamentais nesse processo: A primeira é a de constituir um sistema estadual de EAD com uma equipe técnica qualificada, com formação acadêmica e experiência comprovada. A segunda diz respeito à implantação de espaços equipados com tecnologias que viabilizem a implantação e expansão do programa. A terceira é a criação de laboratórios modernos que simulem situações reais para facilitar o processo de aprendizagem e construção do conhecimento, necessários para conquistar o objetivo proposto.

3.4 Metas

A principal meta será expandir a oferta de matrícula para cursos de formação profissional na rede pública estadual de ensino, de acordo com as demandas que se apresentam, nas modalidades concomitantes e subsequentes, utilizando a Educação a distância. Para isso, foi realizada uma análise de mercado considerando a vocação da região e os arranjos produtivos locais (APL), definidos pelo estado como prioritários para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios estaduais, e, a contribuição da instituição para o progresso dela. Os cursos deverão vislumbrar a geração de novas técnicas de assistência às áreas de abrangência através da pesquisa e geração de novos conhecimentos que possam ser agregados aos existentes consolidando, dessa forma, uma vocação técnica nas áreas que se pretende atuar.

As propostas de implantação de cursos técnicos a distância serão desenvolvidas a partir de 2017 e obedecerão aos programas de expansão da Educação Profissional criteriosamente desenvolvido, considerando as demandas regionais, configurações de mercado que se apresentem nas etapas de desenvolvimento e a parceria com o Ministério da Educação através do Programa e-Tec Brasil.

3.5 Ações

Como requisito para atender os objetivos e as metas supracitadas, buscando sempre melhoria das condições sócio-econômico-culturais, serão adotadas estratégias que obedecerão a um Programa de Educação Profissional e Tecnológica tendo como meta a modernização, promoção e expansão da educação profissional no sistema estadual, visando a inserção dos educandos nas cadeias produtivas do Estado considerando as demandas regionais, configurações de mercado que se apresentem nas etapas de desenvolvimento e a parceria com o Ministério da Educação através do Programa e-Tec Brasil, tais como:

- O desenvolvimento do processo-aprendizagem, feito através de aulas teóricas e atividades práticas em laboratórios específicos de cada curso;
- Seminários, pesquisas, palestras, simpósios, demonstrações dramatizações e eventos;
- Atividades específicas para avaliação, auto avaliação e seleção;
- Oferecer aos educandos os conhecimentos teóricos específicos e necessários às aulas práticas;
- Preparar laboratórios com os instrumentos necessários às aulas práticas;
- Organizar um conteúdo curricular que além de atender às exigências da legislação em vigor, também inclua os valores e as atitudes dos futuros profissionais;
- Oferecer aos corpos docente e discente o material didático atualizado e necessário para a realização satisfatória das aulas práticas e teóricas.
- Aperfeiçoar continuamente a estrutura física necessária ao processo ensino-aprendizagem (sala de aula, laboratório, biblioteca e outros).

4. REQUISITOS DE ACESSO

Para matricular-se nos cursos técnicos demandados e ofertados pela SEDUC – TO, tendo como unidade certificadora o CEM Santa Rita em Palmas, o candidato deverá estar matriculados no Ensino Médio, comprovado através de documento emitido por órgão oficial e ser classificado em processo seletivo, conforme divulgação, orientação, indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo e número de vagas oferecidas pelo demandante.

Para efetivação da matrícula, o cursista selecionado deverá apresentar a seguinte documentação:

- Histórico escolar original;
- CPF (cópia);
- RG (cópia) fotos 3x4;
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia);
- Comprovante de endereço;
- Título de eleitor (quando couber – cópia);
- Quitação de serviço militar (quando couber - cópia).

O processo seletivo atenderá as exigências do programa e atenderão as competências e habilidades exigidas e previstas para a primeira série do Ensino Médio, nas três áreas do conhecimento:

- Linguagem, Códigos e suas Tecnologias;
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular dos Curso Técnicos, na modalidade a distância, está alicerçada em ações educacionais que dinamizam a Educação Profissional na modalidade online, contribuindo para o desenvolvimento de competências dos participantes.

Os cursos técnicos estão organizados em módulos articulados e sequenciais, fundamentados nos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

5.1 Módulo I: Básico Integrador

O módulo I tem o objetivo de familiarizar os alunos com instrumentos de informática e comunicação, incentivando a reflexão sobre práticas e conhecimentos básicos para organização e contextualização, aprofundando as capacidades de pensar e vivenciar experiências.

A sua carga horária é destinada à alfabetização digital, ao uso da plataforma do ensino virtual e ao fortalecimento dos processos de leitura, escrita e matemática.

A intenção é dar suporte para que o aluno desenvolva sua capacidade de leitura, de realizar cálculos e de resolver situações-problema.

5.2 Módulo II: Fundamentação Profissional

É neste módulo que se estabelecem as bases técnicas do currículo, possibilitando aos alunos conhecer fundamentos que alicerçam as competências específicas no campo da profissão.

No módulo II, os alunos iniciam seus primeiros contatos com a área fim, identificando os princípios que norteiam esta área do conhecimento, assim, ele funciona como uma base orientadora aos módulos seguintes.

5.3 Módulo III: Fundamentos Teóricos e Práticos da Habilitação

O módulo III contempla conhecimento formativo e produtivo, isto é, desenvolve competências e habilidades que proporcionam a aprendizagem voltada não só para a base teórica, mas, sobretudo para a prática.

É neste período do curso que se fundamenta o perfil do técnico, através de competências, atribuições e responsabilidades complementadas pela prática profissional do Estágio Supervisionado.

O módulo final do curso irá capacitar o aluno para interagir com o mundo do trabalho, considerando que o mesmo se encontra apto a desenvolver suas atividades laborais nas diversas vertentes da área escolhida, bem como a defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

6. APRESENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO

6.1 APRESENTAÇÃO DO CURSO NO CONTEXTO DO BRASIL E NO ESTADO DO TOCANTINS (Importância e perspectivas).

O curso TÉCNICO EM COOPERATIVISMO surgiu da necessidade de se ampliar, em um curto espaço de tempo, a oferta de formação profissional qualificada face às demandas do mercado de trabalho e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico da região do Estado do Tocantins. O termo cooperativismo surge com a acepção de “unir e coordenar os meios e os esforços de cada indivíduo para a realização de atividade comum, visando alcançar um resultado procurado por

todos” (Revista Gestão Cooperativa, 2011). A cooperação entre os homens existe desde as épocas mais remotas da humanidade, estando seu surgimento sempre associado a mudanças socioeconômicas, políticas e a própria sobrevivência.

O início dos fundamentos do cooperativismo no Brasil dar-se através dos povos indígenas por meio das práticas de ajuda mútua nos plantios da terra, na colheita, no armazenamento, na caça, na moradia e educação. Entretanto, essa prática, não se restringiu ao mundo tribal, mas evoluiu e tornou-se o que, hoje, entende-se por cooperativismo moderno (Revista Gestão Cooperativa, 2011).

A primeira cooperativa moderna do mundo foi criada em 1844 em Rochdale, Inglaterra, por 28 operários, em sua maioria tecelões, devido à desvalorização da mão de obra e a situação socioeconômica enfrentada após a revolução industrial. Visando minimizar ou sanar as dificuldades causadas pela revolução industrial, os operários organizaram-se formalmente em cooperativas, e depois de um ano de trabalho, acumularam capital necessário para abrir um pequeno armazém cooperativo. Essa sociedade ficou conhecida como “Sociedade dos Probos de Rochdale”. (Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB, 2011).

No Brasil, a primeira cooperativa moderna foi criada em 1889 em Ouro Preto, Minas Gerais, denominada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, voltada para o consumo, e encontra-se ainda hoje em funcionamento (Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB,2011).

Em 1902 surgiram cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, introduzidas pelo Padre Theodor Amstadt, que posteriormente auxiliou no desenvolvimento de cooperativas rurais em 1906 que até, então, eram amparadas legalmente apenas pelo Art. 72 § 8º da Constituição Federal do Brasil de 1891, que garantia aos trabalhadores a livre associação em sindicatos e cooperativas. (Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB, 2011). Em 1971, com a criação da Organização Brasileira das Cooperativas (OBC), houve uma modernização do cooperativismo, passando as cooperativas a enquadrarem-se em um modelo empresarial (SCHARDONG, 2000).

Entretanto, conforme Hugon (2004), solucionar dificuldades econômicas não é o único foco do cooperativismo, pois além de viabilizar uma melhora econômica de seus cooperados e da comunidade em geral, representa também um fator importante para a transformação moral de um indivíduo, por meio da inserção de novas mentalidades e possibilidades profissionais e, conseqüentemente,

econômicas, tornando-se assim um fator determinante para o processo de desenvolvimento. Portanto, o cooperativismo promove o processo de desenvolvimento ao atuar em 13 (treze) setores (Figura 1).



Figura 1 – Setores de atuação do Cooperativismo Fonte: Adaptado da Organização das Cooperativas Brasileiras (2011) e da Revista Gestão Cooperativa (2011)

De acordo com Schardong (2000), o cooperativismo promove o crescimento de diversos setores da economia, sem perder a essência de seus princípios fundamentais: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia e sempre atendendo aos interesses de seus cooperados, para que haja uma melhora nas condições financeira e econômicas dos seus cooperados, seja através da venda de bens e serviços produzidos.

Os princípios norteadores do cooperativismo (Figura 2) sempre estarão vinculados à melhoria econômica e financeira de seus associados, e por sua vez de toda a comunidade.

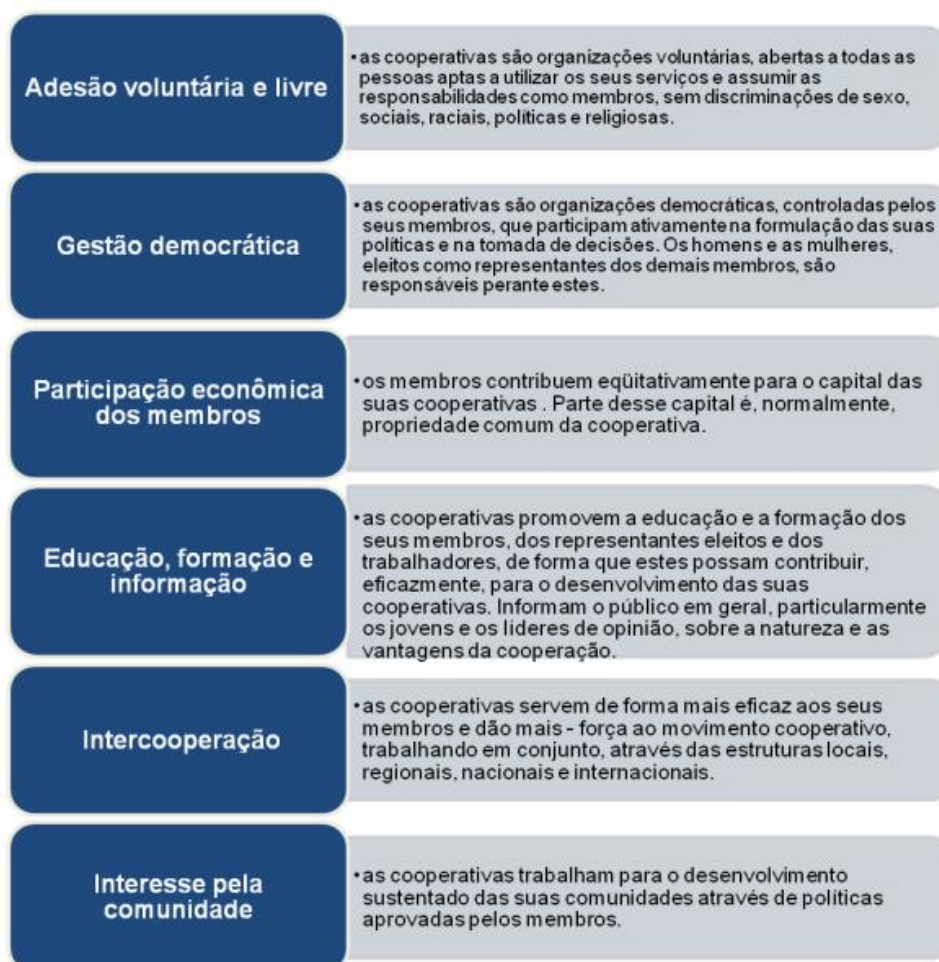


Figura 2 – Princípios do Cooperativismo Fonte: Adaptado da Organização das Cooperativas Brasileiras (2011) a preços mais justos ou da obtenção de custos mais reduzidos nos bens e serviços necessários.

6.1.1 Cooperativismo no Tocantins

No caso do Tocantins, as mais importantes políticas públicas de cooperativismo foram instituídas por meio da Secretaria da Agricultura e Pecuária – Seagro. A lei de 2012, por sua vez, é um marco no cooperativismo estadual e, a partir de sua vigência, o cooperativismo tocantinense deve experimentar um novo tempo.

Segundo informações prestadas pelo SESCOOP-GO, no período que vai de 1º de janeiro a 1º de setembro de 1989, as cooperativas que funcionavam nos municípios que passaram a pertencer ao recém-criado Estado do Tocantins ficaram vinculadas à OCB do Estado de Goiás, mas em processo de transição.

No mês de setembro de 1989 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Tocantins – OCB-TO – desvinculada do sistema cooperativista goiano. Ainda naquele mesmo ano, no mês de julho, com a criação da Secretaria da Agricultura, foi instituída a Coordenadoria de Associativismo e Cooperativismo, órgão que tinha como objetivo o de cadastrar, dar apoio técnico na organização e constituição das associações e cooperativas por meio de reuniões e palestras, visitas técnicas, seminários e cursos. Esse departamento manteve-se vinculado à estrutura organizacional da referida pasta até 1º de janeiro de 2011, quando foi transformado na Diretoria de Fomento e Fortalecimento ao Cooperativismo e do Associativismo Rural. Em 5 de agosto de 2013, por meio de uma reforma administrativa, retornou à condição de Coordenadoria (SECRETARIA, 2013).

Como marco inicial do movimento cooperativista no Estado do Tocantins, pode-se mencionar a realização do 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo, no ano de 1989, na cidade de Miracema do Tocantins, capital provisória do Estado. Na mesma data foi constituída a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Tocantins – OCB-TO – com sede em Paraíso do Tocantins (SINDICATO, 2013).

Conforme dados fornecidos pelo SESCOOP-TO/OCB, cinco cooperativas participaram da fundação da OCB-TO: Cooperativa Agropecuária Tocantinense – Coopernorte, Cooperativa Mista Rural do Vale do Javaés – Cooperjava; Cooperativa Agropecuária Vale Desenvolvimento em Questão do Tocantins Araguaia Ltda. – Covale; Cooperativa Agropecuária Fronteira da Amazônia Ltda. – Coopeg, e Cooperativa Mista Agropecuária do Bico do Papagaio Ltda. – Combipa.

No final da primeira metade da década de 90, 1994, a OCB-TO transferiu sua sede para Palmas, e teve homologado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, seu processo como entidade sindical. A organização tem por objetivo prestar serviços de interesse das cooperativas registradas, além de exercer a coordenação, organização e a representação sindical desta categoria econômica no Tocantins (SINDICATO..., 2013).

Aproximamo-nos, nesse ponto, da necessidade de também relacionar essa trajetória de aproximação do cooperativismo com o Estado do Tocantins com as chamadas políticas públicas. Levando em conta que a criação deste Estado é resultado de macro política federal e dada sua recente história enquanto organismo jurídico administrativo, consideramos que as políticas públicas exercem papel de extrema relevância no exercício de oferta de suporte às mais diversas ações da sociedade civil tocantinense.

6.2 Objetivo Geral

O Curso TÉCNICO EM COOPERATIVISMO tem como objetivo geral formar o profissional para atuar na constituição, desenvolvimento e gestão de cooperativas, planejando e executando os processos cooperativos nas diversas áreas de atuação.

6.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Desenvolver a formação e o desenvolvimento de cooperativas, fundamentado nos princípios filosóficos do cooperativismo;
- Promover a formação de profissionais para atuação junto ao quadro social, diretivo e funcional de cooperativas com capacidade para planejar, organizar, gerenciar e liderar uma cooperativa;
- Atuar na gestão de contratos de cooperativas, assegurando o cumprimento da legislação vigente;
- Prestar assistência técnica e serviços em cooperativas referentes ao Planejamento Estratégico, envolvendo as áreas de Finanças, Gestão de Pessoas, Produção e Marketing;
- Executar atividades de pesquisas e extensão em cooperativismo, contribuindo com a reflexão e ampliação da atuação, dos princípios e das finalidades do cooperativismo;

- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;

6.4 Perfil do Profissional

O profissional concluinte do Curso Técnico Integrado em Cooperativismo oferecido pelo IFRN deve apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para produção, formação, desenvolvimento e gestão de cooperativas, planejando e executando os processos cooperativos. Esse profissional deverá demonstrar as capacidades de:

- Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Orientar na formação e desenvolvimento de cooperativas com base nos princípios filosóficos e legais do cooperativismo;
- Compreender o processo de evolução do cooperativismo, os diversos tipos de cooperativas e avaliar as características socioeconômicas de cada tipologia;

- Conhecer as bases científicas e tecnológicas do cooperativismo, com ênfase nos empreendimentos rurais com foco na agroindústria e empreendimentos urbanos com foco em gestão de negócios, comércio e serviços;
- Analisar sistemas de produção, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental;
- Analisar as características dos ecossistemas relacionando-os às atividades agroindustriais apícolas, mandiocultura, cajucultura, laticínio e as outras atividades relacionadas às vocações produtivas locais potenciais de cada região.
- Assessorar estudos de implantação e desenvolvimento de projetos de cooperativas em comunidades rurais e urbanas, com base nos princípios de gerenciamento e auditoria em cooperativismo;
- Realizar, com competência técnica e ética reuniões de implantação e desenvolvimento de cooperativas, respeitando os direitos dos cooperados, bem como assessorar as assembleias, conselhos e atividades pertinentes;
- Estimular a participação e o compromisso coletivo no desenvolvimento de projetos associativos e cooperativos, utilizando práticas de cooperação e organização das comunidades;
- Elaborar projetos técnicos e prestar assistência técnica na área rural, no estudo e desenvolvimento de projetos tecnológicos;
- Orientar a elaboração de projetos de infraestrutura de empreendimentos rurais ou urbanos viabilizando as cadeias produtivas locais;
- Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;
- Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

6.5 Mercado de Trabalho para o técnico em Cooperativismo

O Técnico em Cooperativismo domina as técnicas e os métodos usados na criação, implantação, organização e administração de cooperativas, considerando sua viabilidade econômica e as necessidades da comunidade ou dos profissionais cooperativados.

Para isso, está familiarizado com políticas públicas, conhece economia e educação, e aplica esse conhecimento para avaliar e conduzir as atividades da cooperativa, segundo as condições da região, da cidade ou do bairro em que está instalada. Este profissional encontra espaço também para atuar em organizações sociais, como associações, sindicatos e não governamentais (ONGs). Ele dá orientação aos associados e gerencia o dia a dia da organização, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico. Especificamente, o técnico em Cooperativismo deverá ser capaz de:

- Realizar diagnósticos participativos da escala de relação do coletivo com o mundo, das cooperativas ou das demais organizações sociais.
- Aconselhar e assistir as diretorias na determinação e no alcance de objetivos, políticas, e outros controles básicos requeridos para o efetivo desenvolvimento da cooperativa ou das organizações sociais.
- Manter um estudo permanente sobre o desenvolvimento social, econômico, político, industrial e tecnológico e suas tendências.
- Fornecer à diretoria e/ao coletivo previsões e planos necessários para assegurar que todas as fases das operações sejam planejadas e equipadas adequadamente, visando a atender às necessidades dos associados e da comunidade e garantir todas as potencialidades de longo prazo dos empreendimentos.
- Analisar e gerir objetivos operacionais, organizacionais e financeiros.
- Interpretar e administrar políticas estabelecidas pela diretoria e/ou coletividade e assegurar sua interpretação uniforme.
- Supervisionar as equipes de trabalho no desempenho de suas atribuições e na maneira pela qual elas procuram atingir seus objetivos.
- Manter os diretores e/ou a coletividade regularmente informados do progresso e dos resultados das operações, em conformidade com os objetivos estabelecidos, dos programas, dos orçamentos e de todos os fatores internos e externos que os influenciam.

- Assegurar que a estrutura da organização, em todos os níveis, seja a mais eficiente para os tipos de operações desenvolvidas; formular planos para mudanças na estrutura da organização exigidas para o ajustamento dos objetivos de médio e longo prazos.
- Assegurar que sejam adequadamente salvaguardados todos os capitais, recursos físicos e outras propriedades da cooperativa.
- Manter os associados adequadamente informados das relações e/ou negócios da cooperativa ou organização, desenvolver a comunicação, fomentar e instrumentalizar a participação e promover o relacionamento permanente entre os associados e a diretoria e entre os cooperados e a coletividade.
- Fomentar e qualificar para a autogestão a participação, o trabalho em grupo e o controle democrático destas organizações.
- Assessorar e capacitar para a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento organizacional.
- Realizar e orientar o planejamento estratégico bem como a avaliação da organização e de suas políticas.
- Organizar a participação dos membros, dirigentes e demais agentes interessados nos processos participativos de diagnóstico, planejamento e avaliação das organizações e suas políticas.
- Manter contatos apropriados e desenvolver as articulações organizacionais necessárias com órgãos governamentais, organizações da indústria, sindicatos e outras organizações sociais parceiras e/ou que influenciam no alcance dos objetivos da cooperativa e das organizações.
- Mobilizar os associados para participar das assembleias, discutir as operações e a direção da cooperativa e expressar suas necessidades de mudanças.
- Promover os princípios e práticas cooperativistas e solidárias entre os membros, o conselho de administração e os empregados, explicando seus papéis e responsabilidades.
- Assessorar no processo de constituição e desenvolvimento das cooperativas, associações e demais organizações da sociedade civil.
- Colaborar em campanhas destinadas à população em geral, promovendo os valores e princípios próprios do cooperativismo e da Economia Solidária.

6.6 Estrutura Curricular

CURSO	DISCIPLINAS	CH TOTAL
CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	MÓDULO I	
	Introdução ao Cooperativismo	90
	Introdução à Administração	60
	Legislação Cooperativista	60
	Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas	90
	MÓDULO II	
	Gestão de Marketing em Cooperativas	60
	Gestão de Pessoas	60
	Gestão Estratégica de Cooperativas	60
	Gestão Financeira em Cooperativas	60
	MÓDULO III	
	Sistema de Informações Gerenciais	60
	Governança Cooperativa	60
	Responsabilidade Social	60
	TCC	80
TOTAL GERAL	800	

6.7 Ementário

Introdução ao Cooperativismo
<p>Ementário: Oportunizar ao estudante conhecimentos básicos sobre a gestão de empreendimentos cooperativos. Visualizar questões legais, sociais, econômicas e políticas de cooperativas, contemplando aspectos regionais. Buscar estratégias competitivas de gestão através do cooperativismo.</p>
<p>Referências Bibliográficas:</p> <p>Básicas</p> <p>OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Cresce número de pessoas ligadas ao cooperativismo. Disponível em: http://www.ocb.org.br/</p> <p>SALES, J.E. Cooperativismo: Origens e Evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – Centro de Ensino Superior de São Gotardo. N° 1Jan-jun 2010. Disponível em http://www.periodicos.cesq.edu.br/index.php/gestaoeengenharia</p> <p>KLAES, L.S. Cooperativismo e Ensino à Distância. Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence>.</p> <p>BENECKE, D. W. Las cooperativas en América Latina I. São Leopoldo: UNISINOS, 1987.</p> <p>CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3. 2004, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2004. 1 CD-ROM.</p>

Complementar

CARNEIRO, P. Paixão. Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial social do trabalho. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981. FRANTZ W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. Caderno 4.

FREURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. Cultura e poder nas organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FUZINATO, R. M. Caso: modelo para gestão de risco em negócio. Apostila apresentada no Seminário de Controles Internos promovido pelo IIR. São Paulo, 2004.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Anuário Estatístico da Organização das Cooperativas do Brasil, 1997.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Forma ideal de organização.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Cresce número de pessoas ligadas ao cooperativismo.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Manual de orientação para a constituição de cooperativas, 1996.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

OCERGS/ SESCOOP/RS Revista Expressão do Cooperativismo Gaúcho, 2012. Disponível em: Acesso em: 22 maio 2014.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Conceitos e princípios.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Simbologia.

OLIVEIRA, N. B. Cooperativismo: guia prático. Porto Alegre: Fundação para Desenvolvimento de RH, 1984.

ZAMBERLAN, J. Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de RH, 1992.

Introdução a Administração

Ementário: Fundamentação teórica da administração. Teorias organizacionais.

As organizações. Ambiente organizacional. Processo administrativo.

Referências Bibliográficas:

Básicas:

GULLO, J. Administração para quem estuda, ensina e pratica. Ed. Bom dia. 1 ed. 2016. Disponível em: http://www.crapb.org.br/sala-de-imprensa/noticias-do-cfa/noticias-do-cra-pb/Administracao_ParaQuemEstudaEnsinaePratica.pdf

CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da administração. Disponível em: <https://profeltonorris.files.wordpress.com/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a30.pdf>

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido? Rev. Adm. Empresas, 2009, vol.49, n.3, pp. 349-360. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n3/v49n3a09.pdf>

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: construindo a vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 2000.

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2000.

Complementares:

KWASNICKA, 1 ed. 2016E. L. Introdução à administração. São Paulo, Atlas,

2000. LONGENECKER, J. G. Introdução à administração: uma abordagem comportamental. São Paulo, Atlas, 1999.
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2009.
MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.
MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2000.
ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo, Saraiva, 2000.
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003.

Legislação Cooperativista

Ementário: Proporcionar ao acadêmico o conhecimento das leis que regem o cooperativismo brasileiro e o processo de constituição e funcionamento das cooperativas e associações, identificando as responsabilidades das partes em cada processo, seja ele cooperativo, seja associativo.

Referencias:

Básicas:

BECHO, Renato Lopes. Elementos do direito cooperativo. São Paulo: Dialética, 2002.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislaçãofederal>>
_____. Decreto nº. 2.271, de 07 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: Disponível em: . <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislaçãofederal>>
_____. Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: Disponível em: . <<http://www.planalto.gov.br/basedalegislaçãofederal>>
_____. Lei de Responsabilidade Fiscal: um guia legislativo para as finanças públicas, o orçamento e a prestação de contas/organizado por José Guilherme Soares Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
_____. Lei Federal nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.
_____. Lei Federal nº. 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências.
_____. Lei Federal nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências.
_____. Lei Federal nº. 10.666, de 08 de maio de 2003. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.
_____. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. 2. ed. Brasília: TCU: Secretaria de Controle Interno, 2003.
BULGARELLI, Waldírio. As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
ESTADO DE SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Prejulgados 1989/2004. Edição consolidada, revista e ampliada. Tribunal de Contas. Florianópolis, 2004. 81 e-Tec Brasil

FRANKE, Walmor. Direito das sociedades cooperativas. São Paulo: Saraiva, 1973. NASCIMENTO, Carlos Valder do. Teoria geral dos atos cooperativos. São Paulo: Malheiros, 2007.

Complementares:

PERIUS, Vergilio Frederico. Cooperativismo e lei. São Leopoldo: Unisinos, 2001. _____ . Das sociedades cooperativas. In: KRUEGER, Guilherme;

MIRANDA, André Branco de (Coords.). Comentários à legislação das sociedades cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

PUENTE, Antônio Salinas. Derecho cooperativo. México, 1954.

SILVA, De Placido e. Vocabulário jurídico. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Glaucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VIANNA, Claudia Salles Vilela; FARACE, Mauricio Ferraresi. Manual práticos das sociedades cooperativas. São Paulo: LTr, 1999.

Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas

Ementário: Diagnosticar as condições psicossociais para a constituição de cooperativas. Desenvolver estratégias de intervenção para a constituição de cooperativas. Participação em cooperativas. Processo de formalização para a constituição de uma cooperativa. Atualidades e tendências na constituição e desenvolvimento de cooperativas.

Referências Bibliográficas:

Básicas:

OCERGS. Como criar uma cooperativa. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, out. 2009. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/index.php/cooperativismo/como-criar-uma-cooperativa48>>.

SISTEMA OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Panorama nacional do cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo__ano_referencia_2012.pdf>.

CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS.P. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12487472/constituicao-e-desenvolvimento-de-cooperativaspdf-unijui>

Complementares

ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; MARCAREÑO, R. M. P. Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo. Psicologia & Sociedade, v. 11, n. 2, p. 23-41, jul./dez. 1999.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; VASCONCELOS, T. C.; COELHO, J. A. P. de M. Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 17, n. 2, p. 233-242, 2004.

ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias: apresentação de três casos. Revista Brasileira de Administração Contemporânea. Rio de Janeiro: ANPAD, v. 1, n. 10, set. 1995.

ALENCAR, E.; MURAD, B. T. M.; LISBOA, J. M. M.; CIMINO, P. C. M.; RIBEIRO, J. C. A. Associações comunitárias e participação social: um estudo de caso no Sul de Minas Gerais. Cadernos de Administração Rural. Lavras:

UFLA, v. 8, n. 1, jan./jul. 1996.

BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um ensaio analítico. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA EM COOPERATIVISMO E AGRONEGÓCIOS. Universidade Federal de Viçosa, out. 2002. _____. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 119-138, jan./mar. 2007.

BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares/COPPE/UFRJ. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter (Org.). Redução da pobreza e dinâmicas locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 jul. 2012. p. 2.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 dez. 1971. p. 10354.

CRÚZIO, H. de O. Como organizar e administrar uma cooperativa. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DAGNINO, R.; FONSECA, R. Economia solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis. Revista Trimestral de Debate da FASE. v. 2, proposta nº 112, 2010. 75 e-Tec Brasil.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; PEDRA, M. de S. Participação na gestão de cooperativas: organização do quadro social (OQS). Em Extensão. Uberlândia, v. 10, n.1, p. 90-99, jan./jun. 2011a. FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. Implicações da constituição de organizações formais para o acesso a políticas públicas. Isegoria – Ação Coletiva em Revista. Viçosa: UFV, ano 1, v. 1, n. 1, mar./ago. 2011b.

FUNDAÇÃO SICREDI. Cooperativismo de crédito: contribuindo para o crescimento coletivo. 4. ed. Porto Alegre: Sicredi, 2011. 220 p. Programa de Formação Cooperativa Crescer.

GAWLAK, A. Cooperativismo: primeiras lições. 4. ed. rev. e atual. Brasília: SESCOOP, 2013.

GOUVÊA SANTOS, F. E. Organização do quadro social de cooperativas. Minas Gerais: SESCOOP. JUCERGS. Manual de atos de registro do comércio. Porto Alegre: Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. Atualizado até julho de 2009.

LAVADO, Joaquim Salvador (Quino). Toda Mafalda. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MC INTYRE, J. P.; BERGONSI, S. M.; CHAKDA, Y.; FORTIN, M. Modelo de intercooperação de incubação de cooperativas. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE UNIVERSITÁRIA DAS AMÉRICAS EM ESTUDOS COOPERATIVOS E ASSOCIATIVOS. Quebec: USHERB, 2004.

MENEGÁRIO, A. H. Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000. OCERGS. Como criar uma cooperativa. Porto Alegre:

Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, out. 2009.
OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de gestão das cooperativas – Uma abordagem prática. 6. ed. Editora Atlas, 2012.
SOARES, G. J. de V.; DIAS, C.; SILVA, E. S. A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE: uma nova experiência de extensão universitária. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Anais... UFPB, 2003.
THESEK, C. N. L. Cultura da cooperação: uma abordagem psicossocial em uma cooperativa de trabalho. Revista Gestão & Tecnologia. v. 6, n. 1, 2006.
VON ENDE, M.; FERREIRA, G. M. V.; ZANINI, R. R.; ROSSÉS, G. F. Fatores determinantes da participação dos associados em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. In: XIV SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD). out. 2011.

Gestão de Marketing

Ementário: Fundamentos de marketing. Administração de marketing. Mix de marketing: produto, preço, promoção e distribuição. Comportamento do consumidor e do comprador organizacional. Marketing de serviços. Análise ambiental. Tipos de segmentação de mercado. Plano de marketing e suas etapas.

Referências Bibliográficas:

Básicas:

DARONCO, E. Gestão de Marketing. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/172/Gest%C3%A3o%20de%20Marketing.pdf?sequence=1>

SANTIAGO, M., P.. Gestão de Marketing. Gestão de Marketing. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/4840.pdf>.

Bruno Ferreira Humberto Marques Joaquim Caetano Luís Rasquilha Miguel Rodrigues. Fundamentos de Marketing. 3 edição .revisada e corrigida. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8124_PDF.pdf

CAMPOMAR, M. IKEDA, A. O planejamento de marketing e a confecção de planos. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Complementar

CHURCHILL JR, Gil Bert; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para o cliente. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Cobra Editora de Marketing, 2003.

DI NALLO, Egeria. Meeting points – Soluções de marketing para uma sociedade complexa. São Paulo: Cobra Editora & Marketing, 1999.

HINES, T.; BRUCE, M. Fashion marketing: contemporary issues. Editora Butterworth, Heinemann. 2004.

KOTLER, Philip. Marketing. São Paulo: Atlas, 1990. _____. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed, São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Administração de marketing. 10. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750 p.

RAPP, Stan; COLLINS, Tom. Maximarketing. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.

Gestão de Pessoas

Ementário: A gestão de pessoas nas organizações. Suprimento de pessoal. Treinamento e desenvolvimento de pessoas. Avaliação de desempenho. Remuneração. Administração das relações com o funcionário. Liderança organizacional. Motivação e comunicação de equipes de trabalho.

Referências Bibliográficas

Básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00511751730b4539c4004>

Ivanildo. Izaias De Macedo, Gestão de pessoas. Disponível em: <https://readnow.groohood.stream/?book=Njg5OTcwODg5&c=br&format=pdf>

COELHO, D. Capital Humano. Disponível em: <https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/CaderNodeRHCcapitalHumanoRDDI.pdf>

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo. Gestão estratégica de pessoas: conceito, evolução e visão. In: ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo (Org.). Gestão de pessoas: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Renato Rua. Das cláusulas normativas das convenções coletivas de trabalho: conceito, eficácia e incorporação nos contratos individuais de trabalho. Revista LTr, São Paulo, v. 60, n. 12, p. 1602-1660, dez. 1996.

_____. Construção de talentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Complementares

FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. HUNTER, J. C. O monge e o executivo. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006. MAIOR, Jorge Luiz Souto. O direito do trabalho como instrumento de justiça social. São Paulo: LTr, 2000.

MANNUS, Pedro Paulo Teixeira. Negociação coletiva e contrato individual de trabalho. São Paulo: Atlas, 2001.

MARANHÃO, Délio. Dos instrumentos trabalhistas normativos e do limite de sua eficácia no tempo. In: _____. Relações coletivas de trabalho, estudos em homenagem ao ministro Arnaldo Süssekind. São Paulo: LTr, 1989.

MARTINS, Sérgio Pinto. Estudos de direito. São Paulo: LTr, 1998.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de direito sindical. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo. Convenção coletiva do trabalho no direito brasileiro: setor privado. São Paulo: LTr, 1996.

PFEFFER, J. A competitividade através dos recursos humanos. Executive Digest. Janeiro, 1995.

REIS, A. M. V. et al. Desenvolvimento de equipes. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005. e-Tec Brasil 74 Gestão de Pessoas ROBBINS, S.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo:

Saraiva, 2000.
_____. Comportamento organizacional. Tradução: Reynaldo Marcodes. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
RODRIGUES, Américo Plá. Princípios de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1978.
ULRICH, D. Os campeões de recursos humanos: inovando para obter os melhores resultados. São Paulo: Futura, 2003.
WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 1999.
WREN, D. A. A história do pensamento de gestão. Hoboken-NJ: Wiley, 2005.

Gestão Estratégica de Cooperativas

Ementário: Planejamento e suas definições. Planejamento tático, operacional e estratégico. Processo e metodologia de elaboração de planejamentos.

Referências Bibliográficas:

Básica

BARROS, Marcos. Um estudo comparado sobre Gestão Emancipadora em Organizações Comunitárias: a comparação Bahia (Brasil) e Québec (Canadá). EnANPAD 2001. Universidade Salvador – UNIFACS Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/evento.php>

FARINA, Elizabeth M.M.Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. Disponível em: endereço

www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/1932007113446.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Princípios do cooperativismo. Disponível em

http://www.ocb.org.br/coop_no_brasil/principio.htm.

AAKER, D. A. Administração estratégica de mercado. Porto Alegre: Bookman, 2001. ALMEIDA, M. I. R. Manual de planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2000. ANSOFF, H. I. A nova estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 1990

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: construindo a vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

Complementares

CERTO, S. C.; PETER, J. P. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.

KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

LOBATO, D. M. Administração estratégica. Rio de Janeiro: Editoração, 2002.

LORANGE, P.; ROOS, J. Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução. São Paulo: Atlas, 1996.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento '12345-6.

_____. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Gestão Financeira em Cooperativas

Ementário: A função financeira nas cooperativas e o papel do administrador financeiro. Capital de giro. Alavancagem e estrutura de capital. Decisões de investimento a longo prazo

Referências Bibliográficas:

Básicas:

Understanding Cooperative Bookkeeping and Financial Statements

Disponível em: <http://www.uwcc.wisc.edu/pdf/cir57.pdf>

BERTELLI, L. G. Crença no agronegócio brasileiro. Disponível em: <<http://www.idcid.org.br>>

BARROS, G. Juros derrubam a rentabilidade das empresas. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 4 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.debentures.com.br>>

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Números do cooperativismo brasileiro. Brasília: Departamento Técnico e Econômico, Banco de Dados

Complementar:

GALESNE, A.; FENSTERSEIFER, J. E.; LAMB, R. Decisões de investimento da empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

HOJI, M. Administração financeira e orçamentária. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MATIAS, A. B. (Coord.) Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro. v. 1. São Paulo: Atlas, 2007.

Sistema de Informações Gerenciais

Ementário: Fundamentos dos sistemas de informação nas empresas. Aspectos atuais da gestão de sistemas de informação nas empresas. Dimensão tecnológica dos sistemas de informações. Visão sistêmica de estratégias integradoras de áreas e informação como apoio ao processo decisório.

Referências Bibliográficas:**Básicas:**

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação. 4. ed. LTC: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:

<http://www.petry.pro.br/arquivos/LIVRO%20-%20SI%20gerenciais.pdf>

REYNOLDS, G. Princípios de sistemas de informação. Disponível em: https://issuu.com/cengagebrasil/docs/9788522118625_livreto

MACEDO, D. H., Mendes, C. I. C., Vendrúsculo, L. G. O Potencial do Mercado de Software para o Agronegócio: Uma Análise Quantitativa. Repositório Alice, 2009. Disponível em:

<<<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/512793>>>

PERAZZOLI, Giseli Salete. Controle Interno para Auxílio de Tomada de Decisão Gerencial: um estudo de caso em uma pequena empresa. Pato Branco – PR – Brasil, 2009. Disponível em:

<<<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/view/468/243>>>

Complementares

AUDY, Jorge Luis Nicolas; ANDRADE, Gilberto Keller de; CIDRAL, Alexandre. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

KROENKE, David. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PADOVEZE, Clóvis L. Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RESENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. de. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TURBAN, Efrain; MCLEAN, Ephraim; WETHERBE, James. Tecnologia da informação para gestão. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Governança e Cooperativas

Ementário: Teoria da agência. Conceitos, origens e discussões da governança. Objetivos e princípios básicos de governança. Estruturação organizacional da governança cooperativa. Estruturação organizacional do conselho de administração. Assembleia geral. Conselho fiscal. Auditorias.

Referências Bibliográficas:

Básicas:

SOBRINHO, A.D. Governança em Cooperativas. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf

NUNES, Maurício T.; SILVA, Tania Nunes. Governança Corporativa em cooperativas

de crédito: o papel da confiança entre stakeholders no SICREDI Região dos Vales, RS. ESAC, Unisinos, jul./dez. 2006. Disponível em:

<http://www.audiovisual.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdf_esac/art03_nunes.pdf >

PADULA, Maura; ARAÚJO, Zilda A. S. Governança e Relações Públicas em Cooperativas: verdade ou mito. Identidade, valores e governança das cooperativas. Disponível em:

<http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/-padula.pdf>.

BORGES, Carlos E.; VASCONCELOS, Rui de Assis. Governança Corporativa nas cooperativas de crédito. O caso do SICOOB Central Crediminas.

Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/governanca-corporativa-na-gestao-das-cooperativas-de-credito-o-caso-do-sicoob-central-crediminas/307/download/>

Complementar

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das melhores práticas de governança corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Guia das melhores práticas de governança para cooperativas. São Paulo: IBGC, 2015. SCARAMUSSA, Sadi. Gobierno corporativo y la necesidad de un modelo de controladoría utilizando instrumento de gestión estratégica en cooperativas de producción agropecuaria del estado del rio grande del sur. Tesis de Doctorado – a UNaMAR, 2012.

Responsabilidade Social

Ementário: Conhecer e compreender os conceitos da responsabilidade social por meio da contextualização, para aplicar na vida pessoal e disseminar através de ações em uma organização cooperativa. Estudar a ABNT NBR 16001 e propor ações a serem implementadas em uma organização cooperativa.

Referências bibliográficas

Básicas:

BEN-ELI, M. U. Sustentabilidade: os cinco princípios fundamentais. 2006. Disponível em: <<http://www.sustainabilitylabs.org/page/sustainability-five-core-principles>>.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Política de responsabilidade social e ambiental do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/acesso_a_informacao/Perguntas_frequentes/responsabilidade_social_ambiental>

INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis: indicadores Ethos - MM360 promoção da equidade de gênero. 2015. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/indicadores-ethos-mm360-para-a-promocao-da-equidade-de-genero/#.VqbbDsf39-y>>

ZANCA, F. Responsabilidade social corporativa e inovação. Palestra. 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9129214-06-07-2009-responsabilidade-social-corporativa-e-inovacao-3-estagios-de-aplicacao-agenda-desenvolvimento-sustentavel-relacao-com-a-inovacao.html>>.

Complementar

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. (Org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

ASHLEY, P. A. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 26000: diretrizes sobre responsabilidade social. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. 110 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16001:2012: responsabilidade social: sistema de gestão: requisitos. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 48 p.

BARBIERI, J. C. Educação ambiental e gestão ambiental na formação de um administrador: uma visão do quadro regulatório. São Paulo: Ottoni, 2012.

BARTH, M.; RIECKMANN, M. Developing teaching staff as a catalyst for change curriculum for education for sustainable development: a perspective of output. Journal of Cleaner Production. v. 26, p. 28-36, May 2012.

BEN-ELI, M. U. Sustentabilidade: os cinco princípios fundamentais. 2006.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Política de responsabilidade social e ambiental do BNDES.

CARROLL, A. B. The Pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. Business Horizons, v. 34, n. 4, p. 39-48, jul./ago. 1991.

ELKINGTON, J. Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda., 2012.

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M.; TOMETICH, P. Gestão ambiental em

universidades brasileiras (Environmental management in brazilian universities). In: ENGEMA, 14. 2012. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2012.

INSTITUTO ETHOS. 8º Prêmio Ethos de jornalismo: empresas e responsabilidade social. São Paulo: Instituto Ethos, 2008. 222 p.

INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis: indicadores Ethos - MM360 promoção da equidade de gênero. 2015.

NOBRE, F. S.; MENEZES, G. G.; FREGA, J. R. The social constructionist perspective for management education in sustainable business. Journal The Academy of Business in Society, p. 01-05, Abr. 2012.

OLIVEIRA, L. G. M.; PINTO, F. R.; LIMA, D. P. Sistemas de gestão: um estudo comparativo das normas socioambientais. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 11. 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FGV-EAESP, 2008. PHILIPS. Sustentabilidade.

PONCHIROLLI, O. Ética e responsabilidade social empresarial. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007. 151 p.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEVERO, L. S.; DELGADO, N. A.; PEDROZO, E. Á. A emergência de inovações sustentáveis: questão de opção e percepção. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FGV-EAESP, 2006.

SHRIVASTAVA, P. Pedagogy of passion for sustainability. Journal Academy of Management Learning & Education, v. 9, n. 3, p. 443-455, 2010.

TAUCHEN, J. Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior. 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – UPF, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Passo Fundo, 2007.

TERMIGNONI, L. D. F. Framework de sustentabilidade para instituições de educação superior comunitárias. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração Sustentabilidade) – PUC/RS, Porto Alegre, 2012.

WCED. World Commission on Environment and Development: our common future, 1987.

WERKEMA, C. Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ZANCA, F. Responsabilidade social corporativa e inovação. Palestra. 2009.

ZITZKE, V. A. Educação ambiental e eco desenvolvimento. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Porto Alegre, n. 9, p. 175-188, jul./dez. 2002.

TCC

Ementário: O conhecimento científico, Elaboração de projeto de um TCC, Delimitação do tema e área de estudo; Problematização, questionamentos e objetivos da pesquisa; Coleta e tratamento dos dados; Normas técnicas na elaboração do TCC.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, L. https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/tcc_ii_-_elaboracao_de_projeto_2016-2.pdf

MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: -PROJETOS DE PESQUISA - MONOGRAFIAS http://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/Manual_TCC-2017.pdf

AMARAL, R. AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC1/IC16.pdf

<http://faculadadelaboro.com.br/wp-content/uploads/2017/07/TCC.pdf>

Manual para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso Manual de Trabalho de Conclusão de Curso http://www.ifb.edu.br/attachments/article/4100/Atualizado_MANUAL%20DE%20TCC.pdf

6.8 Componentes Curriculares

Introdução ao Cooperativismo	
Competências	Bases Tecnológicas
Conhecer os conceitos de cooperativas e do cooperativismo. Entender o significado de cooperar. Identificar as motivações que fazem surgir as cooperativas.	Conhecer os conceitos de cooperativas e do cooperativismo. Entender o significado de cooperar. Identificar as motivações que fazem surgir as cooperativas Conhecer as características dos 13 ramos do cooperativismo, e identificar aspectos de gestão a estes relacionados. Conhecer a legislação cooperativista, a construção do estatuto e características importantes para composição do quadro social Identificar o ambiente de atuação das cooperativas e conhecer as tendências atuais na gestão do cooperativismo.
Introdução à Administração	
Competências	Bases Tecnológicas
Estudar as concepções necessárias ao entendimento da ciência administrativa. Compreender os fundamentos da administração. Conhecer os principais conceitos de administração.	Estudar as concepções necessárias ao entendimento da ciência administrativa. Compreender os fundamentos da administração. Conhecer os principais conceitos de administração.

	<p>Compreender conceitos, significados e campo de aplicação das abordagens humanista e comportamental da administração.</p> <p>Compreender o significado do ambiente nas organizações.</p> <p>Conhecer os ambientes externos e internos de influência e suas respectivas variáveis.</p> <p>Realizar a análise ambiental identificando oportunidades e ameaças. Realizar a análise organizacional identificando forças e fraquezas.</p>
Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Diagnosticar as condições psicossociais para a constituição de cooperativas.</p> <p>Desenvolver estratégias de intervenção para a constituição de cooperativas.</p> <p>Participação em cooperativas. Processo de formalização para a constituição de uma cooperativa. Atualidades e tendências na constituição e desenvolvimento de cooperativas. Conhecer os conceitos do Direito Cooperativo, sua abrangência e a natureza jurídica das sociedades cooperativas.</p>	<p>Conhecer os principais fatores psicossociais a serem levados em consideração na análise de constituição de cooperativas e que podem afetar sobremaneira o êxito do empreendimento. Apresentar fatores e indicadores que são de suma importância para o contexto da criação de uma cooperativa.</p> <p>Conhecer a importância da participação dos associados na gestão e governança das cooperativas.</p> <p>Conhecer a ferramenta de gestão de associados denominada "OQS: Organização do Quadro Social".</p>
Legislação cooperativista	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Conhecer os conceitos do Direito Cooperativo, sua abrangência e a natureza jurídica das sociedades cooperativas.</p>	<p>Conhecer e compreender a evolução histórica da legislação cooperativista, destacando as fases dessa evolução e os principais aspectos da sua construção.</p> <p>Conhecer e identificar os direitos e deveres dos associados, bem como as instâncias de decisões na sociedade cooperativa.</p> <p>Conhecer os processos de alteração, fiscalização e controle das cooperativas, conforme descrito na lei.</p>
Gestão de Marketing em Cooperativas	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Fundamentos de marketing.</p> <p>Administração de marketing. Mix de marketing: produto, preço, promoção e</p>	<p>Conhecer os fundamentos, a teoria e os aspectos referentes ao marketing.</p> <p>Entender o significado dos</p>

distribuição. Comportamento do consumidor e do comprador organizacional. Marketing de serviços. Análise ambiental. Tipos de segmentação de mercado. Plano de marketing e suas etapas.	fundamentos do marketing, as funções que exerce no ambiente organizacional, bem como suas práticas e seus princípios. Entender a importância do marketing de serviços, suas relações, seus conceitos, sua aplicabilidade, possibilitando reflexões a cerca das características e peculiaridades dos serviços nas organizações. Entender a importância do plano de marketing e suas etapas, conhecendo os principais conceitos e teorias, metodologia e variáveis para a sua aplicabilidade
Gestão de Pessoas	
Competências	Bases Tecnológicas
A gestão de pessoas nas organizações. Suprimento de pessoal. Treinamento e desenvolvimento de pessoas. Avaliação de desempenho. Remuneração. Administração das relações com o funcionário. Liderança organizacional. Motivação e comunicação de equipes de trabalho.	Conhecer a evolução e desafios da gestão de pessoas nas organizações, bem como seus aspectos estratégicos. Conhecer o processo de treinamento e desenvolvimento, suas técnicas e subsistemas, verificando sua aplicabilidade nas organizações. Apresentar os principais conceitos e aspectos do comportamento organizacional, bem como o comportamento das pessoas no ambiente de atuação.
Gestão Estratégica de Cooperativas	
Competências	Bases Tecnológicas
: Planejamento e suas definições. Planejamento tático, operacional e estratégico. Processo e metodologia de elaboração de planejamentos.	Estudar a organização cooperativa e o planejamento como um sistema. Compreender as relações entre o planejamento e organização. Entender o significado do ambiente nas organizações. Conhecer os ambientes externos e internos de influência e suas respectivas variáveis
Gestão Financeira em Cooperativas	
Competências	Bases Tecnológicas
A função financeira nas cooperativas e o papel do administrador financeiro. Capital de giro. Alavancagem e estrutura de capital. Decisões de investimento a longo prazo	Compreender o objetivo e as funções de finanças nas organizações cooperativas. Conhecer os principais elementos da gestão financeira de curto prazo, especialmente no que se refere à gestão do caixa.

	Compreender como se dão o processo de decisão de investimento a longo prazo e a apuração do fluxo de caixa relevante associado à proposta analisada
Sistema de Informações Gerenciais	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Fundamentos dos sistemas de informação nas empresas.</p> <p>Aspectos atuais da gestão de sistemas de informação nas empresas.</p> <p>Dimensão tecnológica dos sistemas de informações. Visão sistêmica de estratégias integradoras de áreas e informação como apoio ao processo decisório.</p>	<p>Entender a importância do Sistema de Informações Gerenciais (SIG).</p> <p>Conhecer os conceitos básicos de tecnologia, sistema e sistemas de informação.</p> <p>Conhecer a classificação dos sistemas de informação;</p> <p>Descrever o contexto de negócios, no qual as empresas estão inseridas na atualidade e a importância dos sistemas de informações para auxiliar o processo decisório das mesmas.</p> <p>Descrever as características de um sistema empresarial básico.</p> <p>Conhecer os tipos de problemas que os sistemas empresariais básicos ajudam a solucionar.</p> <p>Conhecer os conceitos de e-commerce e e-business.</p> <p>Entender os benefícios da realização de negócios eletronicamente</p>
Governança Cooperativa	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Teoria da agência. Conceitos, origens e discussões da governança.</p> <p>Objetivos e princípios básicos de governança.</p> <p>Estruturação organizacional da governança cooperativa.</p> <p>Estruturação organizacional do conselho de administração. Assembleia geral. Conselho fiscal. Auditorias.</p>	<p>Conhecer a teoria da agência.</p> <p>Entender a separação que há entre propriedade e controle na gestão de qualquer empreendimento, bem como os conflitos que surgem de tal separação.</p> <p>Diferenciar o conflito de interesses existentes dentro do ambiente de gestão de cooperativas.</p> <p>Conhecer os objetivos e princípios básicos de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, seus conceitos e aplicabilidade nas organizações.</p> <p>Estruturação organizacional da</p>

	<p>governança cooperativa Compreender os principais aspectos referentes ao conselho de administração. Entender responsabilidades, composição, qualificação, tipos, gestão e demais aspectos do conselho de administração.</p>
Responsabilidade Social	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Conhecer e compreender os conceitos da responsabilidade social por meio da contextualização, para aplicar na vida pessoal e disseminar através de ações em uma organização cooperativa.</p> <p>Estudar a ABNT NBR 16001 e propor ações a serem implementadas em uma organização cooperativa.</p>	<p>Conhecer os fundamentos, o histórico os aspectos referentes à responsabilidade social no contexto mundial e nacional. Compreender o conceito de responsabilidade social e a sua relação com o ambiente organizacional, bem como seu processo evolutivo Conhecer e analisar as etapas de implementação de um processo de responsabilidade social nas empresas. Compreender os instrumentos de gestão, normas e certificações sociais e ambientais (SA 8000, AA1000, ISO 14001, ABNT NBR 16001:2012 e ISO 26000), seus conceitos e aplicações. Compreender a relação da sustentabilidade e da responsabilidade social para a busca do equilíbrio e do desenvolvimento sustentável.</p>
TCC	
Competências	Bases Tecnológicas
<p>Adquirir o conhecimento científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar</p>	<p>Referencial teórico: pesquisa e compilação de dados, produções científicas; Elaboração dos dados de Pesquisa, tabulação, análise dos dados, interpretação e ormatção de trabalhos acadêmicos.</p>

7. METODOLOGIA/OPERACIONALIZAÇÃO

Sendo o ensino a distância uma metodologia na qual o processo de comunicação professor/ aluno/ professor é mediado, serão adotados meios de comunicação que permitam interatividade no processo de ensino e aprendizagem em conformidade com o Projeto Político Pedagógico a ser executado pelo Programa e-Tec Brasil - Tocantins.

Tal comunicação se dará via AVA – Ambientes Virtuais de Aprendizagem, que são tecnologias digitais, através das quais são disponibilizadas ferramentas para a mediação e gerenciamento da EAD.

Também para operacionalização da metodologia de ensino é necessário a realização dos encontros presenciais para a culminância de aulas práticas e avaliações dos conteúdos estudados em cada disciplina.

O espaço físico para as atividades presenciais tem como base os polos de EaD que são as unidades operacionais

8. MATERIAL DIDÁTICO DISPONIBILIZADO AO CURSISTA

8.1 Tutoriais de orientação

Tem por objetivo fornecer orientações necessárias aos cursistas para o desenvolvimento do curso, possibilitando a compreensão da proposta, a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem e conteúdos gerais dos módulos. Informa sobre: os objetivos, estrutura organizacional e metodologia do curso, estrutura curricular, ementa dos módulos e bibliografia indicada, orientação de estudo, corpo docente, critérios de avaliação, calendários de atividades presenciais e cronograma para entrega de trabalhos e as orientações necessárias para a utilização da plataforma virtual e demais recursos tecnológicos.

8.2 Apostilas de Estudos e Atividades

Tem por objetivo oferecer os conteúdos dos Eixos Temáticos previstos, bem como as atividades individuais e de grupo a serem desenvolvidas. Serão organizadas e disponibilizadas por módulos, sendo eles estruturados em unidades, com objetivos, textos próprios, atividades seguidas de comentários, situações-problema, resumos, textos de autores reconhecidos na área de estudo e indicação de leitura.

A ênfase fundamental explorada nestes cadernos está na ação-reflexão-ação, procurando utilizar situações aplicadas no trabalho e na prática, explorando casos e

experiências que induzam ao processo de construção progressiva de competências profissionais. As atividades deverão possibilitar o aprender/fazer e a resolução de problemas, a análise crítica dos conteúdos e autocorreção das atividades. As atividades realizadas pelos grupos poderão ser socializadas durante os encontros presenciais.

O encaminhamento das atividades deverá ser feito preferencialmente pelo ambiente virtual ou correio eletrônico. Os Tutores presenciais ficarão responsáveis por controlar o seu recebimento e encaminhá-las aos Professores (as) Especialistas responsáveis pelas disciplinas do curso.

Visando a interdisciplinaridade dos conteúdos, os textos e atividades poderão contemplar mais de um Eixo Temático. Nestes casos, a correção das atividades deverá ser realizada pelo conjunto de Professores Especialistas envolvidos.

8.3 A operacionalização do curso será:

A fase inicial de iniciação digital destinada à preparação dos cursistas para a utilização das ferramentas tecnológicas de Educação à distância foi feita com o tutorial de acesso ao Ambiente de Aprendizagem (AVA) e . O processo de alfabetização digital deverá contemplar temas da área técnica em questão. Deve desenvolver nos alunos a capacidade leitora e as habilidades básicas necessárias para utilização da metodologia de Educação a distância. A realização deste módulo está prevista no documento que apresenta Diretrizes para Elaboração de Projetos para Educação Profissional Técnica de Nível Médio a distância, elaborado pelo Ministério da Educação, como resultado do I Seminário de Ensino Técnico a Distância (Curitiba – PR, junho de 2007).

8.4 Auto estudo

Destina-se ao cumprimento das tarefas de leitura e realização das atividades propostas nos cadernos de estudo e atividades. As atividades auto instrucionais serão privilegiadas, possibilitando ao cursista desenvolver habilidades para gestão e organização do tempo de estudo e autonomia. As atividades a serem desenvolvidas constarão nos cadernos de estudo e atividades para cada módulo, sob a forma de textos, exercícios individuais para desenvolvimento, aplicação e problematização das questões conceituais e da prática do serviço. Estas atividades, cujo monitoramento será feito pelo tutor presencial, deverão ser enviadas mensalmente

pelos cursistas aos tutores a distância, por meio da plataforma virtual, correio ou correio eletrônico.

O auto estudo representa 70% da carga horária total do curso. É desenvolvido utilizando material instrucional impresso e postado na plataforma do curso, elaborado especificamente para cada disciplina, a fim de orientar o estudo independente do aluno.

A principal função do material instrucional é mediar o processo de ensino e aprendizagem, passando a ser utilizado como interlocutor entre o tutor e o aluno. O material instrucional será elaborado pela Equipe Multiprofissional - do Núcleo de Educação a Distância, na Secretaria da Ciência e Tecnologia, que tem as atribuições de coordenar e executar todas as ações necessárias à sua elaboração.

Os Materiais de estudo contêm textos para estudos e exercícios correspondentes à parte de estudo individual orientado do curso. Mesmo considerando o grande desenvolvimento tecnológico, principalmente no campo da informatização, as reais condições do professorado nacional e em especial da Região Norte brasileira, nos sugere o uso de, basicamente, material impresso, que deve ter os seguintes princípios orientadores:

- a) Dar ênfase ao aprender e não ao ensinar;
- b) Ter na palavra escrita um recurso básico de comunicação;
- c) Reforçar através do material e dos contatos presenciais processos de interação professor/aluno;
- d) Reforçar as ações humanas e sociais;
- e) Reforçar os momentos de estudos individuais com momentos presenciais para discussão e reflexão acerca do conhecimento estudado;
- f) Adequação a realidade e nível do aluno assim como ao conteúdo e a informação;
- g) Adequação didático-pedagógica e principalmente a intenção educacional;
- h) Considerar os pontos de vista ético, estético, científico e cultural.

8.5 Grupos de Trabalho

Constituem-se em grupos de alunos que se reunirão periodicamente nos polos para realização das atividades coletivas auto instrucionais previstas nas Apostilas de

Estudos e Atividades. Estes grupos serão formados levando-se em consideração as residências dos alunos e as possibilidades de encontros dos alunos para realização das atividades. Têm como principal objetivo o desenvolvimento de competências profissionais, vinculadas à capacidade de construir relações e compartilhar as práticas de estudos e trabalho, favorecendo a problematização, a troca de idéias e a construção da prática coletiva. Caberá ao próprio Grupo organizar o calendário de encontros.

As atividades a serem desenvolvidas pelos Grupos de Estudos se constituirão em situações problemas relacionadas ao campo de formação profissional específico, previstas nos cadernos de estudo e atividades. Para a realização das atividades, os Grupos poderão agendar visita com coordenador do Polo, caso necessário.

8.6 Encontros Presenciais

Realizados mensalmente, constituirá no principal momento para socialização das atividades. Sua finalidade é propiciar a troca de experiências entre alunos, introduzir novas atividades e dar as orientações gerais, avaliar resultados, sanar as dúvidas e dificuldades. Para realização de seminários ou aulas expositivas, poderão estar presentes professores conteudistas, professores convidados, professores regentes, e/ou poderão ser proferidas palestras por meio de videoconferências ou gravação digital em vídeo. Nestes encontros, também, haverá um momento para os alunos realizarem as provas referentes aos conteúdos trabalhados no mês anterior.

Os encontros serão coordenados pelos professores mediadores presenciais (tutores presenciais) que desempenharão papel de facilitadores no processo de ensino e aprendizagem. Os temas a serem desenvolvidos nestes Encontros deverão se pautar pela interdisciplinaridade. As aulas teóricas e práticas serão realizadas e de responsabilidade do professor formador.

No ato da matrícula, o aluno receberá o calendário das atividades presenciais, e os plantões tutoriais presenciais serão desenvolvidos pelos responsáveis nos polos operacionais.

As atividades presenciais são pautadas nos seguintes objetivos:

- Apresentar a metodologia utilizada pelo curso;
- Orientar sobre o auto-estudo;

- Esclarecer sobre o processo de avaliação;
- Esclarecer dúvidas;
- Acompanhar o desenvolvimento dos estudos;
- Orientar o auto-estudo;
- Avaliar o desenvolvimento do aluno;
- Desenvolver atividades que enriqueçam o conteúdo, priorizando trabalhos grupais/interativos, de modo a incentivar o estudante em sua vida acadêmica;
- Realizar as avaliações escritas de desempenho dos conteúdos;
- Aplicar os instrumentos de auto avaliação do estudante e a avaliação do material instrucional.

9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A aprovação do Aluno em cada componente curricular está vinculada à assiduidade e à avaliação do rendimento. A assiduidade será registrada na plataforma do curso, especificamente acessando todas as disciplinas disponíveis por módulos diariamente ou no mínimo três vezes por semana para o cômputo de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas dadas no período modular pelo professor, no Diário de Classe, por meio de chamada ou lista de presença.

Para efeito de acompanhamento do rendimento dos alunos, serão aplicados, durante o período letivo e com periodicidade bimestral, variados instrumentos de avaliação que deverão ser obtidas com a utilização de diversos instrumentos, tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, seminários, auto avaliação, entre outros, os quais, ao final do bimestre, comporão a *Nota Parcial* (NP).

Os critérios, valores e resultados da avaliação, adotados pelo Professor e em concordância com a Organização Didática em vigor na Instituição, deverão ser explicitados aos alunos antes de ocorrer a avaliação.

Para a metodologia que se propõe, a avaliação torna-se instrumento fundamental. O mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja, o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento desta mesma ação.

Está baseada nos atributos (conhecimentos, habilidades e valores) das competências definidas nos perfis de conclusão caracterizado neste Plano de Curso e se desenvolve de forma sistemática, com ênfase nas modalidades “Diagnóstica, Somativa e Formativa”.

A dimensão diagnóstica deve ser compartilhada pelo Coordenador do Polo e/ou tutores e cursistas, permitindo a identificação de facilidades e dificuldades na aprendizagem, no decorrer do processo. A dimensão formativa, por sua vez, possibilitará a tomada de medidas corretivas no momento adequado, de tal maneira que o aluno possa ser orientado pelo coordenador do Polo ou tutor presencial quanto às dúvidas de conteúdo, estágio supervisionado, metodologia e o próprio processo de aprendizagem em si. A dimensão somatória identificará o grau em que os objetivos foram atingidos, expressando os resultados de aproveitamento no Curso por meio de notas.

9.1 CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem serão constituídos pelas atividades individuais e de grupos previstas nos instrumentos de estudos e atividades/apostilas, atividades complementares e provas presenciais referentes aos conteúdos contidos em cada disciplina.

Em relação à frequência, nos Encontros Presenciais, o aluno deverá apresentar o mínimo de 75% na carga horária total destes encontros, por disciplina, para ser aprovado.

A avaliação deve ser efetuada considerando:

- Perfil do profissional de que o Curso deseja formar e as competências que se pretendem desenvolver;
- A que clientela na qual o curso se destina;
- A concepção de aprendizagem, a metodologia de ensino, os conteúdos selecionados e a relação professor/aluno e aluno/aluno;
- Seu caráter contínuo e progressivo, abrangendo todos os momentos do curso;
- Os múltiplos aspectos da aprendizagem do cursista, indo além da aferição de conhecimentos e considerando o conjunto das competências descritas no item "Perfil do profissional que se deseja formar".

Assim, a avaliação da aprendizagem vai se caracterizar pelo envolvimento de aluno e tutor, num diálogo, no sentido de superar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem, em função da continuidade das atividades do conteúdo programático e do seu relacionamento com outros ramos do saber.

Em cada disciplina serão distribuídos 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) pontos para a prova presencial, 20 (vinte) pontos para as atividades individuais e interativas das apostilas, 10 (dez) pontos para outras atividades sugeridas, 10 (dez) pontos para atividade(s) em grupo e 10 (dez) pontos para seminário(s), fóruns ou chats, conforme critérios previamente explicitados pelos professores, observando as datas estabelecidas de postagem das atividades.

Os resultados das avaliações serão expressos em notas graduadas de zero (0,0) a cem (100) pontos, admitida apenas a fração de cinco décimos (0,5).

A nota mínima para a aprovação é 50 (cinquenta) pontos. O conceito final de cada disciplina será o somatório das notas atribuídas a prova presencial, estudos individualizados na plataforma, seminários, participação de fóruns e chats realizados durante o período em que for ministrada(s) a(s) disciplina(s).

Exemplo da Nota: 50 (prova presencial) + 50 (mínimo de 03 e máximo de 05 atividades na plataforma) = 100 pontos.

É obrigatória a realização de 25% de encontros presenciais, com registro de frequência assinada pelos cursistas:

- a) Os encontros presenciais são compostos de aula presencial realizada em todos os polos de EaD onde o curso está sendo ofertado (obrigatório 8 horas/aula em conformidade com a carga horária do curso e o cumprimento do percentual exigido), realizado pelo professor formador responsável pela disciplina;
- b) Realização da prova presencial (obrigatório 4 horas/aula), realizado pelo professor mediador presencia (tutor presencial) no polo de EaD/unidade remota;
- c) Realização da prova de recuperação presencial (obrigatório 4 horas), realizado pelo professor mediador presencial.

9.2 RECUPERAÇÃO DA DISCIPLINA (Por disciplina)

O cursista que obtiver média inferior a 50 (cinquenta) pontos deverá realizar recuperação da disciplina, por meio de prova presencial que contemple todo o conteúdo estudado devendo obter média igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

9.3 EXAME FINAL DE RECUPERAÇÃO

O cursista que, em um ou mais componentes curriculares, deixar de apresentar o resultado previsto para a aprovação final (no final do curso), estará convocado para realizar o processo de recuperação final, através do exame final de recuperação, desde que tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nos componentes curriculares.

9.4 APROVAÇÃO FINAL

Para aprovação final do curso preterido, o cursista deverá ter alcançado êxito em todas as disciplinas dos módulos, conforme estrutura curricular, com nota mínima de 50 (cinquenta) pontos em cada uma, bem como comprovação de frequência nos encontros presenciais nos polos de EAD.

9.5 CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO

Estará APROVADO o cursista que, ao final do período letivo, apresentar as seguintes condições:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas dadas no período (considerando a plataforma e os encontros presenciais);

Nota Final (NF) maior ou igual a 50 pontos em cada um dos componentes curriculares.

9.6 CONDIÇÃO DE REPROVAÇÃO

Estará REPROVADO o aluno que apresentar:

Frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas dadas em mais de dois componentes curriculares;

Nota final (NF) menor que 50 (cinquenta) em mais de dois componentes, após o processo de recuperação final.

9.7 REOFERTA

Não há Reoferta disponível para os cursos técnicos Mediotec/Rede e-Tec/PRONATEC SEDUC.

10. EMISSÃO DE DIPLOMAS

Aos cursistas que concluírem com aproveitamento satisfatório todas as disciplinas que compõem a organização curricular e comprovar a conclusão do Ensino Médio, será conferido diploma de Técnico em Agronegócios, expedido pela unidade certificadora, pertencente a SEDUC e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins.

Qualquer situação omissa neste Plano de Curso deverá ser resolvida em conformidade com os documentos Referência do Programa, pela Coordenação Geral e Adjunta e pelo Conselho de turma, formado pelos profissionais envolvidos com a turma/curso em questão.

11 BIBLIOGRAFIA BÁSICA PARA O CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto de reestruturação curricular. Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. Projeto político-pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção. Natal: CEFET-RN, 2005.

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB nº 36/2004. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2000.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

_____. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004.

_____. Parecer CNE/CEB nº. 11/2008. Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Projeto político-pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Natal/RN: IFRN, 2011.

_____. Organização Didática do IFRN. Natal/RN: IFRN, 2011.

MEC/SETEC. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Disponível em www.mec.gov.br (Acesso em 01/07/2011). Brasília/DF: 2008.